

João Araújo



O presidente do Senado, José Sarney (C), recebe de Renato Casagrande (2º à dir.) e de juristas o anteprojeto do CPP

Proposta de novo código visa tornar a Justiça mais ágil

Anteprojeto de Código de Processo Penal traz novidades, como limitação a apenas três recursos, restrição a foro privilegiado, instituição do juiz das garantias, desburocratização do inquérito e elevação de sete para oito no número de jurados. **4**

Senado aprova restrição ao uso de passagens aéreas

Por unanimidade, Plenário acolhe regras determinando que apenas senadores e assessores poderão usar cota mensal de cinco trechos de ida e volta ao estado de origem; gastos serão publicados na internet em até 90 dias

Debate sobre novas normas para cota de bilhetes aéreos mobiliza os senadores em Plenário (foto maior). Pedro Simon (foto menor, à esquerda) conclamou a classe política a promover ampla reforma política e administrativa e uma transformação ética profunda. Arthur Virgílio (à direita) vê exagero em alguns setores da imprensa



Gerardo Magela



Gerardo Magela



Gerardo Magela

O projeto aprovado extingue as cotas suplementares de passagens que cabiam aos membros da Mesa diretora e líderes partidários, além de eliminar a cota de custeio de locomoção, que era usada a critério discricionário de cada senador. Antes da votação, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que a proposta fora aprovada por unanimidade na reunião da Comissão Diretora com os líderes partidários. A discussão mobilizou os senadores. Arthur Virgílio, líder do PSDB, disse que é dever de toda a sociedade atuar para o soerguimento moral do Legislativo. Advertiu que o Congresso fechado ou desmoralizado pode significar a ascensão de governos autoritários. O líder do DEM, José Agripino, e Eduardo Suplicy, pelo PT, ressaltaram que as novas regras garantem transparência. Pedro Simon defendeu "reforma profunda" do Legislativo. **3 e 7**

Gabrielli deve falar sobre denúncia de irregularidade

O presidente da Petrobras foi convidado a explicar na Comissão de Orçamento supostas irregularidades em obras de refinaria. **2**

Kátia pede intervenção no Pará; Nery apoia MST

Kátia Abreu quer intervenção federal para garantir reintegração de posse; José Nery defende ações de sem-terra. **8**

Maior proteção a vítimas e testemunhas de delitos

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto que oferece garantias, como a de não depor na presença do acusado. **5**

Presidente da Petrobras é convidado pela Comissão Mista de Orçamento a debater relatório do Tribunal de Contas da União que aponta problemas em obras

Gabrielli explicará supostas irregularidades em refinaria

O PRESIDENTE DA Petrobras, José Sérgio Gabrielli, foi convidado a falar aos deputados e senadores sobre o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou irregularidades nas obras da refinaria Abreu e Lima, em construção no estado de Pernambuco. O convite foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Parlamentares da base do governo tentaram evitar a aprovação do requerimento, apresentado pelo deputado Claudio Cajado (DEM-BA), entre outras razões porque o documento registrava que fora identificado pelo TCU "superfaturamento" nas obras da refinaria da Petrobras. Claudio Cajado concordou em suprimir a afirmação sobre o "superfaturamento".

Na mesma reunião, foi acolhido o requerimento do deputado



Na reunião da CMO, Geraldo Magela (E), Jayme Campos e Almeida Lima

Eduardo Valverde (PT-RO) que convida o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e representantes do Ministério da Fazenda para falarem sobre a "sustentabilidade dos títulos da dívida pública e da caderneta de poupança" em um momento de crise financeira.

Valverde ponderou que o governo deve discutir publicamente a ideia de reduzir a remuneração da caderneta por causa da queda dos juros.

A CMO aprovou ainda pedido do presidente da República para que seja aberto um crédito de R\$ 310,5 milhões no orçamento de investimentos em favor das empresas do grupo Eletrobrás. Houve cancelamento de idêntico valor nos orçamentos das mesmas empresas. Com a mudança, o sistema Eletrobrás quer dar prioridade a projetos de geração e de transmissão de eletricidade, especialmente na região Norte.

Efraim será relator da área de Infraestrutura

EM ANO DE eleições para a Presidência da República, caberá a um senador da oposição relatar todos os projetos de infraestrutura dentro do Orçamento da União para 2010. Efraim Morais (DEM-PB) foi eleito ontem, pela Comissão Mista de Orçamento, relator da área de Infraestrutura, em que estão todas as obras da área de transporte, comunicação e energia, setores que ficam com a maior parte dos investimentos federais.

É a primeira vez que essa área do Orçamento fica nas mãos de um parlamentar de oposição. No passado, PMDB e PT sempre reivindicaram a relatoria desse setor, mas, desta vez, por causa de um rodízio de partidos e de congressistas imposto por uma resolução do Congresso (Resolução CN 1/06), coube à oposição a prioridade de escolha das dez relatorias setoriais.

A relatoria geral do Orçamento da União de 2010 estará com um petista, o deputado Geraldo Magela (DF).



Com Efraim, oposição ocupa relatoria pela primeira vez

ACM Júnior pede dados sobre ajuda a ONGs

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) requereu à Mesa o encaminhamento de pedido de informações ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O senador quer que a Petrobras esclareça denúncias feitas pelo Ministério Público Estadual da Bahia, e pela imprensa, de supostas irregularidades em relação ao uso de recursos da empresa para patrocinar festas populares e financiar organizações não governamentais.

Em outro pronunciamento, Antônio Carlos Júnior classificou de "temerária" a decisão dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, de retirar os resultados da Petrobras do cálculo do superávit primário e de definir novas metas de resultados primários para União, estados e municípios, o que significa uma "sensível e arriscada redução" do superávit primário de 3,8% para 2,5% do Produto Interno Bruto.



Petrobras deve esclarecer denúncias, diz Antonio Carlos

Patrus prevê Bolsa Família para 12 milhões

Ao falar sobre os programas do Ministério do Desenvolvimento Social para 2009, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro Patrus Ananias afirmou que a condução do Bolsa Família não leva em consideração aspectos político-partidários.

O ministro previu para este ano a ampliação do programa para 12 milhões de famílias, com a garantia mínima de dois anos de permanência para os beneficiados, tendo em vista a volatilidade do mercado de trabalho brasileiro. Disse ainda que a Secretaria de Articulação trabalha para a inclusão produtiva e a capacitação profissional dos beneficiados, firmando compromissos com estados e municípios.



Ao lado de Patrus Ananias, Rosalba Ciarlini defende emancipação de famílias

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), afirmou que o Bolsa Família precisa prever a emancipação das famílias beneficiadas. Adelmir Santana (DEM-DF) perguntou onde está a janela de saída do programa,

porque "parece haver, a cada dia, mais pessoas atendidas".

A CAS aprovou requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para audiência com Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE, para falar sobre o censo de 2010.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário tem três medidas provisórias

O Plenário realiza sessão deliberativa às 14h. A pauta está trancada por três medidas provisórias (MPs 449, 450 e 451), modificadas pelos deputados e transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs 2, 3 e 4) que alteram a legislação para amenizar os efeitos da crise financeira.

CI analisa indicações para agências reguladoras

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne às 8h30. Na pauta, as indicações de Ivo Borges de Lima para o cargo de diretor da Agência

Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de João Batista de Rezende para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

CCJ debate atividade de motoboys

Audiência sobre projeto que regulamenta o exercício das atividades de mototaxista e motoboy será realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Participarão do encontro os ministros das Cidades, Márcio Fortes; da Saúde, José Gomes Temporão; e da Justiça, Tarso Genro. Em seguida, a CCJ analisa 27 itens.

CRE examina regras para despesas sigilosas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne, às 10h, para analisar pauta de 23 itens, entre eles o projeto que regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso. A CRE também examina a indicação de Manuel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior para embaixador do Brasil na Indonésia.

CPI da Pedofilia

Às 14h30, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia promove encontro para apreciação de requerimentos.



J. Freitas



Fátima Cleide: Conae vai discutir integração dos níveis de ensino



João Pedro cobra de operadoras extensão de serviço a todo o estado

Lançamento de conferência sobre educação

Fátima Cleide (PT-RO) anunciou ontem, em Plenário, o lançamento da Conferência Nacional de Educação (Conae), que terá lugar hoje, a partir das 9h, no auditório do Ministério da Educação, em Brasília. O evento ocorrerá em abril de 2010 e buscará reunir representantes de todas as áreas envolvidas com educação.

Segundo a senadora, a Conae discutirá a integração de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Seu objetivo será consolidar os sistemas nacionais articulados de planejamento e gestão, de financiamento, de avaliação e de formação dos trabalhadores em educação. Na conferência, será proposta a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação.

Celular não cobre 33 municípios do Amazonas

Ao criticar as empresas de telefonia celular, que ainda não estenderam seus serviços para todo o Amazonas, João Pedro (PT-AM) informou que 33 dos 62 municípios do estado não possuem o serviço. Ele solicitou ontem que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tome providências para que essas empresas cumpram o cronograma de instalação da telefonia celular na região.

– Quero chamar a atenção da TIM, da Claro e da Vivo, para que assumam compromisso com a população desses municípios.

João Pedro lembrou que um dos argumentos utilizados para defender a privatização do setor era o de que isso permitiria ampliar para todo o país o acesso aos serviços telefônicos.

Regras propostas pela Comissão Diretora e aprovadas pelo Plenário limitam viagens a cinco por mês e extinguem cotas adicionais para líderes

Senado restringe concessão de passagens aéreas a senadores e seus assessores

APENAS SENADORES E seus assessores em serviço poderão usar as passagens aéreas pagas pelo Senado Federal, de acordo com projeto de resolução aprovado ontem pelo Plenário. As mudanças nas regras de uso de passagens foram definidas em reunião da Comissão Diretora (integrada pelos membros da Mesa) e de líderes partidários, realizada pouco antes da votação em Plenário. Cada parlamentar terá direito

a cinco trechos de ida e volta ao estado de origem por mês. As cotas não usadas não poderão ser acumuladas. Todos os gastos com passagens aéreas serão tornados públicos na internet em um prazo de 90 dias. A concessão de passagens aéreas destinadas a assessores de senadores terá de passar pelo crivo da Comissão Diretora.

O projeto extingue as cotas suplementares que cabiam aos

membros da Mesa Diretora e líderes partidários e determina que a aplicação das novas medidas ficará a cargo da Diretoria Geral do Senado. A resolução determina ainda que os parlamentares do Distrito Federal receberão o valor equivalente ao que obtêm os senadores por Goiás como cota para passagens.

O projeto aprovado também elimina a cota de custeio de locomoção, que era utilizada a critério

discricionário de cada senador.

Antes da votação da matéria, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que a proposta foi aprovada por unanimidade na reunião da Comissão Diretora com os líderes partidários. Um dos objetivos da medida, explicou Sarney, é acompanhar a decisão da Câmara dos Deputados sobre esse tema, de forma que "as duas Casas tenham a mesma conduta nesse assunto".

Sarney destaca unanimidade na aprovação

Logo após a votação do projeto de resolução que estabeleceu novas regras para a concessão de passagens aéreas para senadores, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que a proposta foi fruto de consenso desde a reunião da Comissão Diretora com os líderes partidários, em que o projeto foi definido, até a aprovação por unanimidade da matéria no Plenário.

As novas regras limitam apenas aos parlamentares o pagamento de, no máximo, cinco passagens de ida e volta à capital do estado de origem por mês. Assessores poderão usar o benefício, mas apenas com aprovação da Mesa.

– Acredito que vamos cumprir fielmente o que foi traçado aqui, e acredito que pouco a pouco vamos corrigir as distorções, como é do meu temperamento, com prudência, paciência, mas com grande firmeza e determinação – afirmou Sarney na presidência da sessão.

O presidente do Senado considerou a aprovação das novas regras uma medida "muito importante", sobretudo porque extinguiu o antigo sistema de cotas de custeio de locomoção, criado por resolução de 1988 (Atos da Comissão Diretora 50 e 62 de 1988).

Sarney destacou que as verbas destinadas à compra de passagens aéreas serão controladas pelos sistemas da administração da Casa e que o Senado ganha ainda mais transparência com a publicação na internet de informações sobre o uso das verbas para locomoção.

Por fim, Sarney, respondendo ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), esclareceu que o prazo de 90 dias para a publicação dos dados sobre passagens na internet foi pedido pela administração do Senado por ser considerado o mínimo necessário para gerenciar as informações sobre os 81 senadores e colocá-las à disponibilidade do público.



José Sarney (esq.) acompanha a leitura do projeto de resolução por Serys Slhessarenko; discussão da matéria motivou intervenções de senadores de diversos partidos



Maioria dos parlamentares manifesta apoio às mudanças

Ao encaminhar a votação do projeto que estabelece novas regras para o uso de passagens aéreas, o líder do PSDB na Casa, Arthur Virgílio (AM) disse que o Congresso Nacional tem o dever de se impor ao respeito da nação. Ele reconheceu que existem mazelas a serem corrigidas, mas observou que é preciso maturidade para enfrentar a discussão sobre o verdadeiro papel do Parlamento em uma democracia. afirmou que é dever de todos os setores da sociedade atuar para o soerguimento moral do Legislativo.

– Esse é um dever de todos os que têm responsabilidade, na imprensa, no Parlamento, nos diversos escalões da sociedade civil, em todos os recantos por onde flua o pensamento. É um dever nosso acabarmos com a chaga da corrupção endêmica e epidêmica neste país. Mas essa palavra de ordem "Delenda Congresso" significaria abrir espaço para muito mais corrupção, com o Congresso fechado.

O senador fazia menção às palavras de ordem – "Delenda Cartago" – com que o político romano Catão pregava a destruição daquela cidade.

Para Virgílio, o Congresso Nacional fechado, ou mesmo desmoralizado, pode significar a ascensão

de governantes autoritários, detentores de poderes discricionários, que lhes permitiriam "roubar à vontade o dinheiro público". Ele assinalou que, em tal situação, as pessoas estariam ainda impedidas de protestar porque não haveria liberdade de imprensa e, com isso, lhes faltaria uma tribuna alta.

Na avaliação do senador, existe um certo exagero nas denúncias e críticas de alguns setores da imprensa, que, a seu ver, buscam

misturar "o joio com o trigo". Ele lembrou que está na vida pública há mais de 30 anos e confessou que, neste momento, não se sente motivado a manter-se nela.

– Não quero fazer parte desse jogo que está acontecendo aqui. Não vou agora pagar por algum negociante que procede errado.

Virgílio observou que, embora o sistema anterior de passagens aéreas tenha sido usado corretamente por muitos senadores e deputados, pode ter sua legitimidade questionada na atual realidade. Defendeu, inclusive, o direito da deputada Luciana Genro (PSOL-RS) de fornecer uma passagem de sua cota para o delegado Protógenes Queiroz.

– Acho desprezível o delegado e não concordo com as ideias da deputada – disse –, mas ela usou de direito que tinha. E é pessoa de bem.

Como líder do PSDB, Arthur Virgílio defendeu a aprovação da medida. afirmou que as novas regras são aceitáveis e encaminhou seu voto favorável à resolução.

Para Virgílio, críticas de alguns setores da imprensa buscam misturar "o joio com o trigo"

Respeito

O líder do DEM, José Agripino (RN), encaminhou igualmente voto favorável ao projeto. Ele explicou que, a seu ver, havia um grande incômodo na situação anterior, pois

o parlamentar estava sujeito à condenação pública, por causa da indefinição das regras. Ao mesmo tempo, estavam sendo condenadas práticas que as regras permitiam, mas que a opinião da população já não considerava aceitável. Para o senador, a nova resolução representa uma situação de respeito e humildade diante da opinião pública.

– Eu considero que esse ato encerra esse assunto de uma vez por

todas – afirmou José Agripino – Não há mais como cometer excessos. Agora, está muito claro: só é permitido o uso de um valor, que varia de estado para estado, pelo parlamentar e por assessores seus que comuniquem oficialmente à Mesa que estão a serviço do Senado. Não há mais nenhuma dúvida, não há mais o que esperar.

Falando em nome da liderança do PT, Eduardo Suplicy (SP) também manifestou o apoio de seu partido à resolução. A seu ver, a medida disciplina a emissão de bilhetes e torna totalmente transparente o seu uso pelo senador.

Suplicy questionou, no entanto, o prazo de publicação das contas na internet, fixado em 90 dias, de acordo com a nova resolução. O senador sugeriu que esse prazo fosse reduzido para 30 dias.

Ao expressar seu apoio, Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que, se ele tivesse redigido o ato, o texto seria o mesmo apresentado pela Mesa do Senado, "sem modificar uma vírgula".

Por sua vez, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a medida "representa um ato de elevação da gestão pública e de respeito à sociedade brasileira".

O projeto também recebeu o apoio do presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PE), para quem "a imagem do Senado está abalada". Ele declarou que "a Casa não pode ter, por exemplo, mais de 5 mil pessoas contratadas por meio de serviços terceirizados nem licitações sem transparência".

– Mas que não se venha criminalizar o Congresso. A democracia precisa do Congresso – frisou Sérgio Guerra.

Epitácio Cafeteira (PTB-MA)

Papaléo reconhece que medida é moralizadora, mas afirma que deveria ser mais bem discutida

para custear esses bilhetes de viagem para tratamento de saúde. O presidente do Senado, José Sarney, esclareceu a Cafeteira que os casos extraordinários de tratamento de saúde poderão ser atendidos pela Mesa.

Terceirizados

José Nery (PSOL-PA) sugeriu que as medidas atinjam também os contratos de prestação de serviços do Senado. Ele quer que os senadores examinem esses contratos de terceirização, com o objetivo de avaliar a possível existência de um número excessivo de terceirizados e, sendo o caso, a realização de concurso público para substituí-los. Registrou já ter solicitado à Casa o detalhamento desses contratos, não tendo sido ainda atendido em seu pedido.

Papaléo Paes (PSDB-AP) manifestou discordância com a medida. Ele lamentou que os senadores estejam sendo levados a adotar procedimentos precipitados para dar satisfação à imprensa. Papaléo disse reconhecer que a medida é moralizadora, porém deveria ser mais bem discutida. A seu ver, o Senado deveria estudar todas as denúncias divulgadas e buscar as soluções cabíveis em cada caso.

– Agora, é claro, essa indecência de pegar passagem e dar para artista fazer show, não podemos apoiar. Isso de pegar passagem para mandar não-sei-quem para o exterior é uma vergonha deslavada. Mas não podemos, todos nós, pagar por isso.

Leia mais na página 7 ➔

Juristas entregam a Sarney projeto de novo Código de Processo Penal

Depois de oito meses de trabalho, comissão de nove especialistas finalizou texto que visa modernizar processo penal, regido por um código de 1941. Projeto, assinado por José Sarney, será agora apreciado por comissão especial. Para o presidente do Senado, novo código vai permitir tramitação mais rápida dos processos

ACOMPANHADO DA COMISSÃO de juristas que elaborou o texto, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, o anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP), que, se aprovado pelo Congresso, substituirá o código vigente no país há 68 anos – foi editado por Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo.

De acordo com Casagrande, autor do requerimento que instalou a comissão de reforma do CPP, a principal qualidade do anteprojeto é agilizar o trâmite processual, responsável por longas esperas por julgamentos e por inúmeros problemas no sistema carcerário brasileiro.

Sarney, por sua vez, definiu o momento como de alto significado e prometeu rapidez na tramitação da matéria.

Ele explicou que o texto tem de passar por uma comissão especial.

– É uma matéria complexa. Matérias assim nunca são consensuais. De maneira que vamos constituir imediatamente a comissão especial que a colocará em audiência pública – explicou Sarney.

O presidente do Senado lembrou que a aprovação de um código costuma demandar bastante tempo de trabalho do Congresso.

– Temos códigos que têm levado mais de dez anos. Mas vamos fazer tudo para que a gente possa aprovar o mais rapidamente possível – observou.

O senador também destacou o fato de a constituição da comissão de juristas ter sido feita durante a gestão de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) na Presidência do Senado. O colegiado foi presidido pelo ministro Hamilton Carvalho, do Superior Tribunal de Justiça.

– Este é basicamente um projeto de código moderno, que desburocratiza a parte investigatória, e, com isso, naturalmente o processo terá uma tramitação muito mais rápida do que tem hoje, ficando para os órgãos de investigação a formação da culpa e a parte acusatória – elogiou José Sarney.

Casagrande: sociedade será consultada sobre projeto

Renato Casagrande, que propôs a criação da comissão de juristas responsável por elaborar o anteprojeto de um novo Código de Processo Penal, explicou que pretendia organizar consultas e audiências públicas a respeito do assunto antes mesmo de a matéria começar a tramitar. No entanto, informou, ficou estabelecido com o presidente do Senado, José Sarney, que será seguido o que manda o regimento da Casa: transformar o anteprojeto num projeto, cujo autor será o próprio Sarney, e formar uma comissão especial para examiná-lo.

– O presidente vai compor logo a comissão especial para que a gente inicie a tramitação e, nessa tramitação, vamos ter a possibilidade de fazer audiências públicas, de colocar a proposta de código em consulta pública na internet. Acho que vamos ter condição de agilizar o procedimento.

De acordo com o senador, as inovações trazidas pela proposta de novo código, caso aprovado, resultarão na tramitação mais rápida dos processos penais, tanto na fase policial quanto na fase em que o inquérito chega à Justiça.

– Nós estamos trabalhando para que o sistema processual penal seja acionado só se de fato for preciso. Se puder haver entendimento entre as partes, será muito melhor. E estamos limitando o número de recursos de embargos, para que o processo não seja levado ao infinito – afirmou Casagrande, para quem “o Código de Processo Penal é o maior instrumento que temos de combate à impunidade”.

Ele também explicou que o texto “reafirma o fim da prisão especial”.

– Pessoas de nível superior, algumas profissões, lideranças políticas não terão mais direito a prisão especial. A prisão deve ser definida de acordo com o grau de periculosidade do crime praticado – disse.



Presidente do Senado (C), entre o ministro Hamilton Carvalho e o senador Renato Casagrande, recebe grupo de juristas que propôs mudanças no processo penal

Juiz das garantias e limitação do número de recursos são inovações

O anteprojeto de Código de Processo Penal, entregue ontem ao presidente do Senado, José Sarney, traz, entre suas principais novidades, a figura do juiz das garantias, destinado a controlar a legalidade da investigação. A ideia é que esse juiz atue apenas durante a fase de inquérito. Oferecida a denúncia contra o acusado na Justiça, esse magistrado cederia seu lugar ao juiz do processo propriamente dito, o qual ficaria livre para avaliar como quisesse as provas colhidas no inquérito.

Presente à audiência de entrega do anteprojeto a Sarney, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Hamilton Carvalho, que coordenou a comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar o texto, ressaltou a importância para o ordenamento jurídico brasileiro da figura desse magistrado.

– A figura do juiz das garantias é hoje algo que tem unanimidade na Academia, fora da Academia e em todas as experiências processuais de Estados que buscam uma legislação de ordem democrática – afirmou Carvalho.

Ele também enalteceu a presença do trabalho da comissão de juristas.

– Ao cabo de pouco mais de oito meses, nossa comissão elaborou um novo texto de Código de Processo Penal. O projeto abrange todo o campo de incidência do CPP e obedece aquilo que se esperou da Constituição de 1988, que redemocratizou o país. É uma legislação processual ajustada ao Estado democrático e social de

direito – declarou. Autor da ideia que, em 2008, levou o então presidente do Senado, Garibaldi Alves, a instalar a comissão de reforma do CPP, o senador Renato Casagrande também ressaltou a figura do juiz das garantias como modernizadora do inquérito policial. Sobre o envelhecimento do código, que data de 1941, Casagrande lembrou que, desde então, o Brasil viveu a Segunda Guerra Mundial, o regime militar instalado em 1964, a Assembleia Constituinte de 1988 e voltou à democracia.

– No entanto, o Código de Processo Penal foi apenas remendado. Mantém o espírito original. Está defasado. Chegou a hora de mudar isso – disse o parlamentar.

Recursos

Entre as novidades a caminho, caso o anteprojeto se torne lei, está a limitação a apenas um recurso em cada instância do Poder Judiciário, a fim de apressar o andamento processual. De acordo com Casagrande, hoje um bom advogado cria tantos recursos para um processo que os leva “ao limite do infinito”. Para o senador, a economia processual é fundamental para reduzir a população carcerária, que cresceu 100% em dez anos, enquanto a população brasileira aumentou 19,6%.

O anteprojeto também incorpora o procedimento sumariíssimo dos juizados especiais criminais ao Código de Processo Penal e introduz novas regras para o tribunal do júri.

Principais modificações propostas pela comissão

- Juiz das garantias.** Está prevista a criação da figura do juiz das garantias, para participar apenas da fase de investigação do crime, não sendo responsável pela sentença.
- Prisões provisórias.** O anteprojeto impõe limites para a detenção de acusados antes da condenação. Hoje, vigora a jurisprudência de que a prisão provisória pode durar, no máximo, 81 dias. Porém, há muitos presos enfrentando prazo superior a esse.
- Foro privilegiado.** Em caso de crime doloso contra a vida, o texto determina a extinção do foro privativo por prerrogativa de função, pelo qual autoridades são processadas e julgadas apenas nos tribunais superiores.
- Desburocratização do inquérito.** O projeto prevê a desburocratização dos inquéritos, aproximando o Ministério Público da Polícia Judiciária. Hoje, procuradores e promotores dialogam com a polícia por meio do juiz. Passariam a fazê-lo diretamente.
- Medidas cautelares.** Hoje, o juiz só dispõe de três medidas cautelares: prisão provisória, fixação de fiança ou detenção domiciliar. O projeto cria outras 11 possibilidades, entre elas, suspensão do exercício de função pública; interrupção das atividades de empresas e proibição de frequentar determinados locais públicos.
- Tribunal do júri.** O projeto eleva de sete para oito o número de jurados. Com isso, evita-se que um réu seja condenado ou absolvido pela diferença de apenas um voto. Se der empate de quatro a quatro, esse placar absolverá o réu.
- Economia de recursos.** O anteprojeto prevê que apenas um recurso seja feito em cada instância do Judiciário, o que deverá limitar esse instrumento de atraso processual a apenas três recursos.

Coordenada pelo ministro Hamilton Carvalho, a comissão foi integrada também por: Eugenio Pacelli, procurador regional da República (relator); Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, advogado e professor da Universidade Federal do Paraná; Félix Valois Coelho Júnior, advogado e ex-secretário de Justiça do Amazonas; Antônio Magalhães Gomes Filho, advogado e professor da Universidade de São Paulo; Fabiano Augusto Martins Silveira, consultor legislativo do Senado; Tito de Souza Amaral, promotor de justiça do Estado de Goiás; Antonio Corrêa, juiz federal da 9ª Vara Federal; e Sandro Torres Avelar, delegado da Polícia Federal.



Ao lado de Tasso Jereissati (à direita, na primeira foto), Demostenes Torres preside reunião da CCJ que também aprovou projeto referente à divulgação, na internet, de gastos com verbas indenizatórias

Comissão de Justiça amplia proteção a vítimas e testemunhas de delitos

Entre as garantias, está o direito de não depor na presença do acusado ou de familiares e amigos dele, além de usar capuz ou microfone com modificador de voz durante o depoimento. Projeto, de autoria de Alvaro Dias e relatado por Flexa Ribeiro, foi aprovado em decisão terminativa

PROPOSTA QUE ASSEGURA às vítimas e às testemunhas de delito novas formas de proteção foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Entre as garantias, está o direito de não depor na presença do acusado ou de familiares e amigos dele e de usar capuz ou microfone com modificador de voz durante o depoimento.

O projeto (PLS 173/01) visa, segundo o autor, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), cercar de garantias as vítimas e testemunhas de delito, para que possam prestar colaboração.

A matéria altera a Lei 9.807/99, referente a programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

“Esse projeto assegura a vítima e à testemunha o gozo de seus direitos dentro da relação jurídica processual, sem correr o risco de constrangimentos

provocados pela presença do acusado ou de seus familiares”, afirmou o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator na justificativa da proposta.

A matéria garante ainda à vítima e à testemunha o direito ao sigilo dos respectivos endereços, que não poderão constar dos inquéritos e processos judiciais. Prevê também que fiquem em sala separada da do acusado, enquanto estiverem à disposição do juiz.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o relator, sa-

lienta em seu parecer que os programas federais de proteção têm sido considerados ineficientes, pois deixam os autores de denúncias desprotegidos.

– O sucesso da investigação policial e o bom resultado final do processo criminal dependem muito do interesse da vítima em colaborar, pois é ela quase sempre quem comunica o crime e indica as principais testemunhas – justificou Flexa Ribeiro.

Ex-militar poderá aderir a serviço voluntário

Os maiores de 18 anos e menores de 23 anos, de ambos os sexos, poderão ser admitidos como voluntários à prestação de serviços administrativos e auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares. A proposta foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pela Lei 10.029/00, podem prestar serviço voluntário homens, maiores de 18 e menores de 23 anos, que excedem às necessidades de incorporação das Forças Armadas, e mulheres nessa mesma faixa etária.

O projeto (PLS 316/03), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), permite a admissão como voluntários de menores de 23 anos que tenham prestado serviço militar obrigatório. O trabalho seria realizado mediante remuneração mensal.

“Com a nova redação, contempla-se também o efetivo que tenha prestado o serviço militar obrigatório, o qual já recebeu o treinamento necessário à assunção de serviços de cuja falta se ressentem os estados e o Distrito Federal”, justificou Simon.

Em seu parecer, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembra que os voluntários têm direito de receber auxílio mensal de, no máximo, dois salários mínimos.

Forças Armadas

Pedido de vistas adiou a votação de proposta de emenda à Constituição (PEC 53/04) que proíbe, pelos próximos dez anos, quaisquer limitações à execução das dotações orçamentárias destinadas aos programas de reaparelhamento, modernização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas. A proposta, de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), tramita em conjunto com a PEC 85/03, cujo primeiro signatário é o senador Demostenes Torres (DEM-GO). A relatoria da proposta é do senador Pedro Simon.

Elogio à sanção de projeto sobre sequestro-relâmpago

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Demostenes Torres (DEM-GO), elogiou a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de sancionar projeto (PLS 54/04) que introduziu o crime

de sequestro-relâmpago no Código Penal. Demostenes e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator na CCJ, temiam o veto presidencial ao projeto, já que o Ministério da Justiça havia manifestado oposição à sanção.

Adiada votação sobre gastos de vereadores

Pedido de vistas coletivo adiou a votação na CCJ do substitutivo à proposta de emenda (PEC 47/08) que fixa os limites de gastos das câmaras municipais por meio de lei complementar e não mais por meio da Constituição. A matéria é conhecida como emenda paralela à PEC dos Vereadores (PEC 20/08).

Hasteamento da Bandeira em escolas

O hasteamento da Bandeira Nacional pode ser obrigatório durante o ano letivo, por menos uma vez por semana, para os alunos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio. A medida (PLS 184/03) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa.

Subcomissão debaterá tráfico de drogas

A Comissão de Justiça deverá criar subcomissão temporária para examinar medidas visando ao enfrentamento do problema do tráfico e do consumo de drogas no país. A ideia ganhou força depois que Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou preocupação com o alastramento do consumo de crack no Brasil.

CCJ define prioridade na tramitação de processos

A tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos poderá passar a ter prioridade sobre os demais. A determinação foi aprovada pela CCJ. Direitos difusos pertencem a todos e a todas

as gerações. Coletivos relacionam-se a um determinado grupo. Nos individuais homogêneos, o interesse é individualizado. O projeto aprovado (PLC 81/05) altera a Lei de Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras.

Aprovada a divulgação de gastos pela internet

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, o presidente da República, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público ficam autorizados a divulgar, pela internet, os gastos destinados ao reembolso – as verbas indenizatórias – de despesas dos agentes públicos. A proposta (PLS 671/07) foi aprovada ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Justiça e incluiu também os gastos efetuados por meio de cartão corporativo. O projeto é do senador Expedito Júnior (PR-RO).

Cassado pode ficar sem direito a aposentadoria

A CCJ aprovou proposta que impede a aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de parlamentar que tenha sido cassado por envolvimento em atividades ilícitas com dinheiro público ou que tenha renunciado para escapar do julgamento dos colegas. De autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 113/07) recebeu voto favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), que também já havia relatado a matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Projeto livra carentes da taxa de vestibular

O fim da cobrança de taxas de inscrição em vestibulares das instituições federais de ensino superior, no caso de estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola pública ou com renda familiar inferior a dois salários mínimos, é o que estabelece projeto (PLS 120/03) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. O texto acolhido, em decisão terminativa, foi elaborado pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A Comissão de Justiça acolheu também projeto (PLS 315/03-Complementar) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo da medida é impulsionar o desenvolvimento da área, alvo de processo de degradação econômica e social ao longo dos anos.

Celeridade em processo de cassação de prefeito

Com o objetivo de assegurar maior celeridade nos processos de cassação de prefeitos pelas câmaras municipais, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que restringe a leitura, na sessão de julgamento, às peças que forem solicitadas pelos vereadores e pelo denunciado. Com isso, fica suprimida a obrigatoriedade de o processo ser lido na íntegra.

Originária da Câmara dos Deputados, a proposição (PLC 22/05) determina que o início do recesso legislativo não suspenderá a tramitação dos processos de cassação. Relatado por Demostenes Torres, o projeto vai ao exame do Plenário.

– Com a restrição da leitura dos autos apenas às peças que forem requeridas, o processo ganha celeridade e elimina-se, como efeito não desprezível, a excessiva protelação na decisão legislativa – disse o senador.

Em debate na Comissão de Educação, estudantes afirmam que programa do governo para reestruturação das universidades federais trará redução de qualidade do ensino

Entidades estudantis pedem revogação do programa Reuni

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO da Educação, dos docentes e dos estudantes manifestaram ontem, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, divergência em relação ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do governo federal.

Segundo a diretora de Assistência Estudantil da União dos Estudantes da Bahia (UEB), Maíra Gentil, representante do movimento pela revogação do Reuni, o programa promoveria essa expansão com redução de qualidade do ensino superior, "pois estabelece metas de aumento do número de matrículas sem que haja proporcional investimento em infraestrutura física e humana nas universidades". Ela

criticou o condicionamento da liberação de recursos à adesão das universidades ao programa e ao cumprimento das metas. Maíra criticou ainda a instituição do Reuni por meio de decreto (6.096/07), sem discussão com a comunidade acadêmica.

Durante a audiência – requerida pelo presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR) –, o representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Rodrigo Ramalho Filho, disse que o Reuni foi criado exatamente para atender às reivindicações dos estudantes. Entre os principais objetivos do programa, ressaltou, está a expansão das universidades para as cidades do interior e sua integração com outros países, especialmente os da América

Latina. O programa também vai aumentar, em 2009, 60% das vagas em cursos noturnos, disse.

A criação de cursos de bacharelados interdisciplinares – modalidade de graduação feita em dois ou três anos e que oferece formação geral em Artes, Humanidades, Ciência e Tecnologia e Saúde – também é criticada pelos estudantes, frisou a diretora de Esporte da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carolina Pinho. Ela informou que, das 54 universidades que aderiram ao Reuni, apenas 10 instalaram esses cursos. Carolina explicou que o acesso a esses cursos se faz via vestibular e o diploma concedido ao estudante não o capacita a ingressar no mercado de trabalho, "gerando prejuízo ao estudante e à sociedade".



Em audiência na CE: Rodrigo Ramalho (E), Amaro Henrique Lins, Flávio Arns e as estudantes Maíra Gentil e Carolina Pinho

MEC: objetivo é ampliar vagas nas universidades

Somente cerca de 12% a 13% dos estudantes brasileiros têm acesso à universidade pública. Os dados foram trazidos à Comissão de Educação pelo representante da Secretaria de Educação Superior do MEC, Rodrigo Ramalho Filho, durante a audiência sobre o Reuni. Para que mais estudantes consigam ingressar no ensino superior, ele defendeu a reestruturação da universidade pública, com ampliação de vagas.

Ramalho disse que a adesão ao programa é uma "decisão autônoma de cada universidade federal disposta a conquistar as metas" e não uma imposição do MEC. Até 2012, informou, serão aplicados R\$ 8 bilhões no Reuni.

O programa também foi apoiado pelo presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Amaro Henrique Pessoa Lins, reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que ressaltou a desigualdade de acesso à educação superior pública. No Nordeste, informou, apenas 6,5% dos estudantes ingressam na universidade, percentual que chega a 17% nas regiões Sul e Sudeste.

Arns e Marisa defendem maior acompanhamento

O presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns (PT-PR), e a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) querem aprofundar a discussão sobre a implantação do Reuni.

Marisa lamentou que o programa não tenha sido submetido à aprovação do Congresso, mas criado por decreto. Já Arns disse ser preciso discutir a formação profissional nas universidades, além das questões orçamentárias dessas instituições. Os dois senadores levantaram dúvidas sobre o condicionamento de repasse de recursos orçamentários à adesão da universidade ao Reuni.

Arns e Marisa manifestaram apoio aos objetivos gerais do Reuni, de expandir as universidades federais, ampliar o acesso e melhorar a qualidade de ensino. Marisa acrescentou que a melhora da qualidade do ensino universitário depende também do ensino médio, cujo nível de evasão "apresenta-se alarmante".

A senadora argumentou que é papel do Congresso a fiscalização e o controle das atividades do Poder Executivo, como no caso do Reuni.



Lobão Filho (E) e Flexa Ribeiro em reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia

Regulamentação da profissão de geofísico é aprovada pela CCT

O projeto que regulamenta a profissão de geofísico foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com emendas. A proposta ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de seguir para o Plenário.

A matéria (PLC 117/06), que teve Marcelo Crivella (PRB-RJ) como relator, define o campo de atuação da geofísica e os requisitos para o exercício da profissão, e insere os profissionais do setor no sistema do Conselho Federal e dos conselhos estaduais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea).

A CCT decidiu também realizar uma audiência a respeito do regulamento de uso de

radiofrequência nas faixas de 2.500 MHz a 2.690 MHz. O requerimento foi proposto por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que considerou necessário ouvir representantes da Anatel e de associações empresariais.

Por iniciativa de Lobão Filho (PMDB-MA), foram aprovados um voto de aplauso à ex-senadora Roseana Sarney, por haver assumido o governo do Maranhão, e um voto de desagravo a Gerson Camata (PMDB-ES), acusado de irregularidades no exercício do mandato. Ainda na reunião de ontem foram aprovados, em decisão terminativa, 47 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio.

Comissão participará de debate sobre efeitos da crise no turismo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá participar do XI Congresso Brasileiro da Atividade Turística (Cebratur), nos dias 17 e 18 de novembro.

O tema do encontro, que será realizado na Câmara dos Deputados, é "O turismo brasileiro respondendo aos desafios e às oportunidades da crise internacional".

O presidente da CDR, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), relatou a participação do colegiado em café da manhã do Cebratur na semana passada, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara. Na ocasião, foi debatida a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Visita ao Pantanal

A CDR também aceitou convite feito pela Instância Ecológica Sesc Pantanal para uma visita técnica à região entre 21 e 25 de maio. Quintanilha ressaltou a importância de a comissão tratar de temas vinculados ao desenvolvimento regional e não



Quintanilha: desenvolvimento regional deve ser mais debatido pela comissão

somente à legislação sobre turismo. Ele pediu aos parlamentares empenho na realização da visita e recebeu o apoio de Gilberto Goellner (DEM-MT) e José Nery (PSOL-PA).

A comissão aprovou também a inclusão do nome do engenheiro agrônomo Ricardo Ariolli Silva entre os debatedores na audiência pública sobre a legislação ambiental e indígena e os reflexos na atividade agropecuária. A audiência, que será realizada em conjunto com diversas comissões, ocorre no Plenário, na próxima quarta-feira.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • José Nery • João Pedro • Mão Santa • Eduardo Suplicy

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Para senador, diante das recentes denúncias, em vez de tentar se explicar, o Congresso deve reagir com uma transformação ética para atender às exigências da sociedade

Pedro Simon pede "reforma profunda" do Legislativo



Ética e moralidade devem se iniciar pela campanha eleitoral, diz Simon

PEDRO SIMON (PMDB-RS) conclamou a classe política a promover uma "ampla reforma política e administrativa e uma transformação ética profunda". Na opinião do senador, diante das denúncias dos últimos meses, o Congresso deve agir para atender às exigências da sociedade, em vez de tentar se explicar.

– Precisamos revisar não apenas a conduta em relação a passagens, mas a política do nosso país. O Brasil não pode ser o país da impunidade – afirmou.

Simon admitiu ter feito uma viagem à Europa com bilhetes da sua cota parlamentar.

– Nesses 26 anos, fiz uma viagem à Europa, eu e a minha mulher. Uma viagem em 26 anos. Sem um extra, sem diária, sem coisa nenhuma. Usei as passagens que eu tinha. Se isso está errado, eu reponho, mas nunca ninguém me disse isso – ressaltou.

Segundo o senador, a ética e a moralidade na política devem se iniciar pela campanha eleitoral. Defendeu ainda o financiamento público de campanhas e a filtragem dos candidatos pelos partidos e pela Justiça Eleitoral. "Em compensação, a Justiça tem a obrigação de julgar, antes da eleição, o candidato que tenha a ficha suja", frisou.

De acordo com Simon, a se-

gunda questão mais importante para o Legislativo é o regime de trabalho das Casas do Congresso. Ele acha que o Senado não pode funcionar dentro de uma carga horária que descreveu como "de terça à tarde, quarta o dia inteiro e quinta de manhã". A proposta de Simon é que os senadores trabalhem numa escala de 20 dias em Brasília para dez dias nos estados. "Ao concentrar suas tarefas, ganhariam em eficiência e evitariam os dispêndios atuais em passagens aéreas."

Outro aspecto importante, destacou, é que os senadores tenham clareza do que estão votando. "Decisões administrativas de peso vêm sendo apreciadas pelo Plenário com base apenas em ementas vagas", afirmou.

Simon disse ser contra a verba

indenizatória de R\$ 15 mil mensais, mas disse considerar normal a cota na Gráfica do Senado, destinada às publicações dos senadores. E se declarou sem condições de pagar por um apartamento em Brasília, o que tornaria indispensável o imóvel funcional que lhe é disponibilizado.

O 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), ponderou que a Casa vem tomando providências "com grande cautela" em relação aos problemas administrativos divulgados pela imprensa, e assinalou que a primeira revisão dos contratos de funcionários terceirizados gerou economia de R\$ 8 milhões.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) apoiou a ideia de que "regras claras norteiem o uso da cota de passagens" e observou que muitos órgãos federais ainda estão situados no Rio de Janeiro, para onde os parlamentares têm que viajar.

Também em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que o plano de trabalho concentrado pode não ser viável em razão de que muitos senadores têm filhos e esposas residindo no estado de origem. Renato Casagrande (PSB-ES) insistiu no dever que o Congresso tem de regulamentar com maior clareza seus atos administrativos.



Almeida Lima protesta contra matéria do jornal *Correio Braziliense*

Almeida Lima diz que uso de milhagem "não é indignidade"

Reportagem publicada ontem pelo jornal *Correio Braziliense* foi rebatida por Almeida Lima (PMDB-SE). De acordo com a matéria, o senador utilizou, para viajar ao exterior com sua esposa, milhagem acumulada em programa de fidelidade de companhia aérea com passagens pagas pelo Senado.

Almeida Lima qualificou a reportagem como "uma ignomínia, uma blasfêmia, uma agressão ao Senado Federal, e uma excrescência" que "não contribui com a instituição democrática no país".

O senador disse ter autoridade moral e política para afirmar que, em mais de seis anos de mandato na Casa, não contribuiu com nenhum ato e nenhuma ação política "para macular a imagem da instituição".

Para Almeida Lima, o jornal "não agiu com seriedade" ao

publicar essa "matéria menor frente à história bonita em defesa das liberdades democráticas" que tem o *Correio Braziliense*.

Mudança

O parlamentar disse que o jornal tratou como indignidade o uso das milhagens a que ele tem direito.

– Não trago aqui nenhuma preocupação, porque conheço muito bem o que fiz e o que faço. E não cometi nenhuma indignidade, não cometerei nenhuma indignidade – frisou.

Almeida Lima afirmou que a resolução da Mesa do Senado anunciada ontem modifica as regras de concessão de passagens aéreas para os senadores, e não vem apenas clarear os procedimentos sobre uso dessas passagens. "Na verdade, a nova resolução vem normatizar de forma diferente o que estava

Paim cobra fim de demissões

Paulo Paim (PT-RS) cobrou das empresas que passaram por processos de fusão e usaram recursos públicos a não demissão de funcionários. Ele citou o caso da Braskem, que incorporou a Ipiranga Petroquímica e se comprometeu a manter os empregados, mas, a pretexto da crise, está promovendo demissões. Paim informou que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas realizou ato, em Triunfo (RS), contra demissões, apesar do compromisso da Braskem ao incorporar a Copesul e a Ipiranga, e do Grupo Odebrecht, que assumiu a Petroquímica Triunfo.

Azeredo quer punir crimes na internet

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu celeridade à Câmara dos Deputados na aprovação do projeto (PLC 89/03) de sua autoria que tipifica crimes praticados com o auxílio da internet. A proposta já foi aprovada no Senado. O objetivo, diz Azeredo, é combater crimes digitais, como divulgação de dados não autorizados, roubo de senhas e informações bancárias, difusão de vírus, atuação de *hackers* e clonagens de cartões de crédito e celulares.

Alvaro aponta triunfalismo do governo

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o "triumfalismo do governo" com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), citando estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) segundo o qual apenas 28% dos recursos foram gastos em seus dois primeiros anos de funcionamento. De acordo com a pesquisa, o governo teria de gastar mais de R\$ 37 bilhões nos próximos 12 meses para cumprir o cronograma inicial das obras do PAC.

Mão Santa cita descobrimento

Ao lembrar a comemoração, ontem, da descoberta do Brasil, Mão Santa (PMDB-PI) aconselhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a não mais repetir o bordão "Nunca antes neste país". O senador assinalou que muita coisa foi feita no país antes de Lula assumir a Presidência da República.

– Quase tudo o que tem aí foi feito por Getúlio Vargas: a Petrobras, a Eletrobrás, o voto secreto, o voto das mulheres.

Mão Santa citou ainda a herança deixada por dom João VI, dom Pedro II, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Juscelino Kubitschek, entre outros.



Paulo Duque parabeniza Brasília

Paulo Duque (PMDB-RJ) parabenizou Brasília pelos seus 49 anos de fundação e elogiou a festa para comemorar a data.

– Fez 49 anos que a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser a capital do país. Tinha muita gente torcendo contra, mas o "santo" Juscelino trouxe a capital para o Planalto Central. Grande parte do governo, que já deveria estar aqui há muito tempo, continua no Rio de Janeiro fingindo que não houve mudança – lamentou.

Frente debate diferenciação de preços

A Frente Parlamentar Mista do Comércio Varejista realizou ontem debate sobre projeto que prevê a diferenciação entre os preços nas compras efetuadas com cartões de crédito e à vista (PLS 213/07). O vice-presidente da frente, senador Adelmir Santana (DEM-DF), defendeu a concessão de descontos à vista. "Os preços estão inflados. Não é justo que as pessoas que não pagam com cartões arquem com um custo que não é delas", disse.

Serys: Brasil fabricará "plástico verde"



O lançamento da pedra fundamental da primeira fábrica de plástico do planeta a usar o etanol como matéria-prima foi anunciado por Serys Shessarenko (PT-MT). A fábrica de "plástico verde" será construída em Triunfo (RS), terá capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano e deve entrar em funcionamento em 2011. "Para cada quilo de polietileno produzido a partir do etanol, são capturados dois quilos e meio de dióxido de carbono na atmosfera", enfatizou a senadora.

Suplicy apoia distribuição de pau-brasil



Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou apoio à sugestão do engenheiro agrônomo Wagner Piovani de um programa governamental para a distribuição gratuita de mudas de pau-brasil. O senador também leu carta da Associação Brasileira de Citricultores, afirmando que investigação promovida pelo Ministério da Justiça sobre práticas anticoncorrenciais no setor de cultivo de frutas cítricas não levou em conta documentos enviados pela entidade que comprovariam a prática de cartel.



Situação no Amazonas é de absoluta gravidade, diz Virgílio

Virgílio cobra ajuda a vítimas de enchentes

“Estamos vendo tomar corpo uma tragédia, uma enchente maior que a de 1953.” A advertência foi feita pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), preocupado com o aumento contínuo do volume das águas de diversos rios que integram a Bacia Amazônica. Ao informar que todos os municípios do seu estado estão enfrentando problemas, ele pediu a criação de um SOS Amazonas a fim de arrecadar alimentos, remédios e roupas para os necessitados.

– Houve aquela situação de enorme desgraça em Santa Catarina que tocou todos nós. Nos mobilizamos para ajudar o povo daquele estado. Seria o caso de já estarmos trabalhando num SOS Amazonas, porque o quadro é de absoluta gravidade.

Conforme o senador, as águas do rio Negro vêm subindo quatro centímetros por dia, dois a menos do que o verificado no rio Solimões. Virgílio requereu a criação de uma comissão externa do Senado com o objetivo de visitar os estados da região Norte e verificar a situação de calamidade. O município de Canutama, segundo Arthur Virgílio, está embaixo d’água.

– Suas avenidas viraram rios, com talvez 80 centímetros de profundidade em alguns trechos – estimou. O senador ressaltou que a situação tende a piorar quando a água baixar e começarem a surgir casos de doenças como a leptospirose, transmitida pela urina de ratos.

– Os ratos atraem as cobras, que têm nesses roedores uma parte de sua cadeia alimentar. Também aparecem animais perigosos como as arraias e os escorpiões.

Homenagem

Arthur Virgílio requereu voto de aplauso para o jornal *A Crítica*, de Manaus, pelo seu 60º aniversário de criação, e para o município de Itacoatiara, que, em 25 de abril, completará 135 anos. O senador também apresentou voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Autazes (AM) José Inácio da Silva Siqueira Melo.

Crise fundiária no Pará e ações do MST geram debate no Plenário

A crise fundiária no Pará gerou ontem um prolongado debate no Plenário do Senado. Kátia Abreu (DEM-TO) – que é presidente da Confederação Nacional da Agricultura – anunciou pedido de intervenção federal no estado para garantir aos fazendeiros com terras invadidas a reintegração de posse.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu ao gover-

no do Pará que garanta a vida de pessoas ameaçadas por sem-terra do estado, enquanto José Nery (PSOL-PA) disse que a ocupação de fazendas é a única forma de o MST ser ouvido em suas reivindicações. Nery acusou o governo de apoiar financeiramente os latifúndios do agronegócio e reduzir a ajuda à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária.



KÁTIA ABREU

Jonas Pereira

Procuradoria recebe pedido de intervenção no PA

Kátia Abreu anunciou ontem ter apresentado à Procuradoria Geral da República pedido de intervenção no estado do Pará para garantir aos fazendeiros com terras invadidas a reintegração de posse. A senadora informou que 111 mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça no estado não foram cumpridos.

A parlamentar pediu ao presidente do Senado, José Sarney, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ao Tribunal de Justiça do Pará e ao Ministério da Justiça que intervenham para ajudar “a resgatar o estado de direito no Pará”.

Na opinião da senadora, ao não assegurar cumprimento aos mandados de reintegração de posse, a governadora Ana Júlia Carepa está dando “um péssimo exemplo àqueles movimentos sociais que praticam a violência”.

Em aparte, Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu a criação de comissão externa para visitar o estado e avaliar as “possíveis arbitrariedades”. Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma “escola de maus brasileiros”. Também apoiaram Kátia Abreu os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Romeu Tuma (PTB-SP). Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que se ouça a governadora Ana Júlia Carepa a respeito dos seus atos.



FLEXA RIBEIRO

J. Feijó

Governo deve garantir a vida de ameaçados

Flexa Ribeiro afirmou ontem que os sem-terra do Pará estão fazendo ameaças de morte a dois proprietários rurais e a uma advogada dos municípios de São Francisco do Pará e de Curuçá. As ameaças foram feitas por telefone e por intermédio de pessoas que conhecem os fazendeiros e a advogada. Flexa Ribeiro pediu que o governo do Pará garanta a vida dos ameaçados.

Para ele, a situação “é muito crítica” nas várias regiões que têm registrado ocupação de terras no Pará, e o envio de “20 ou 30” homens da Força Nacional não será suficiente para acalmar os ânimos entre fazendeiros e os sem-terra. O senador vê “convivência” entre o Poder Executivo e os movimentos sociais, o que só leva “a mais abusos”.

Flexa Ribeiro lamentou o tiroteio entre os sem-terra e seguranças da fazenda Espírito Santo, em Xinguara (PA). Ele se solidarizou com os jornalistas, colocados como escudos pelos sem-terra no confronto com os seguranças. O senador leu trechos de editorial do *Correio Braziliense* de ontem, segundo o qual “a omissão das autoridades em cumprir a lei e, assim, pôr fim à desordem funciona como estímulo” à radicalização. Flexa Ribeiro disse que concorda com a afirmativa do jornal de que “ou o Estado mobiliza em medida compatível o aparato de segurança para impor a lei, ou o conflito proposto por movimentos ditos sociais mergulhará o país em verdadeira insurreição”.



JOSÉ NERY

Geraldo Magela

Ocupação faz parte da luta pela reforma agrária

A ocupação de fazendas, estradas e prédios públicos é a única forma de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ter suas reivindicações ouvidas pelo Congresso Nacional, Executivo e Judiciário, disse ontem José Nery. O senador lembrou que o MST realiza neste mês mais uma jornada de luta em defesa de sua proposta de reforma agrária.

O parlamentar afirmou que a crise econômica chegou ao campo brasileiro, atingindo duramente o setor.

– Os latifúndios do agronegócio, tão bem defendidos hoje aqui pela nossa colega, senadora Kátia Abreu, já desempregaram 270 mil assalariados desde novembro de 2008 – comentou Nery. – As 20 maiores agroindústrias desempregaram quase 100 mil operários de suas fábricas. O MST denuncia que essas empresas continuam recebendo apoio governamental, enquanto os trabalhadores rurais pobres do campo ficam em segundo plano.

O senador lamentou os cortes de verbas federais para apoio à pequena produção e ao assentamento das famílias. Ele disse que, para o Orçamento de 2009, haviam sido aprovados recursos da ordem de R\$ 957 milhões, reduzidos para R\$ 561 milhões.

Com essa redução, será possível assentar apenas 17 mil famílias e não as 75 mil anteriormente previstas pelo governo.



“Minha preocupação é com vidas humanas que se perdem”

Borges pede ação para combater o crime na Bahia

Nos três primeiros meses de 2009, foram contabilizados 508 assassinatos só em Salvador e na Região Metropolitana, segundo o Centro de Documentação e Estatística Policial (Cedep). Alarmado com o que está sendo chamado de “guerra sangrenta”, César Borges (PR-BA) cobrou providências do governador Jacques Wagner (PT) e maior cooperação com o governo federal.

– A segurança pública na Bahia vive uma situação lamentável. Não quero que se dê a conotação de que estou fazendo um pronunciamento político. A minha preocupação é com as vidas humanas que se perdem.

De toda forma, César Borges chamou atenção para o aumento vertiginoso de assassinatos nos primeiros dois anos do mandato de Jacques Wagner, eleito em 2006, quando foram registrados no estado 1.223 homicídios. No ano seguinte, houve 1.664 assassinatos, número que saltou para 2.303 em 2008.

Ranking

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Bahia está em quinto lugar – atrás de Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro – no ranking dos estados mais violentos, com 32,8 homicídios por 100 mil habitantes.

Conforme a polícia, 98% das pessoas mortas foram vítimas de arma de fogo. As demais causas resultaram de ataques com armas brancas e espancamentos.

César Borges disse que tanto os especialistas quanto a polícia apontam o tráfico de drogas como a principal influência nesse quadro de violência. Os estudiosos mencionam ainda facilidade na obtenção de armas de fogo; falta de empregos; desigualdade social e falhas na atuação do estado.

Quanto ao perfil da população atingida, o maior número de mortes ocorre nos bairros periféricos e invasões da capital. Em apartes, ele recebeu apoio dos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Romeu Tuma (PTB-SP) e Almeida Lima (PMDB-SE).

CPI: Rolim não fala sobre contrato entre Gtech e Caixa

Em audiência na CPI das Organizações Não Governamentais (ONGs), o representante do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS), Fábio Rodrigues Rolim, refutou as acusações de que a entidade seria usada para o pagamento de propinas e sonegação de impostos.

– O relatório comete equívoco ao colocar a entidade como de fachada – afirmou Rolim, que, protegido por

habeas corpus, permaneceu calado todas as vezes em que os senadores o questionaram sobre o papel específico do IBDS na renovação do contrato da multinacional Gtech com a Caixa Econômica Federal.

Na mesma reunião, depôs a representante da Agência Nacional de Gestão de Recursos para a Hiléia Amazônica, Nair Blair. A entidade, criada para atuar na área ambiental,

teria recebido dos ministérios da Cultura e do Turismo verba de R\$ 2,5 milhões para organizar apresentação dos bois Garantido e Caprichoso, de Parintins (AM), no réveillon de 2007, em Brasília. Nair garantiu que as associações responsáveis pelos “bois” ofereceram uma contrapartida de cerca de R\$ 600 mil, recebendo R\$ 2,187 milhões do Ministério da Cultura e não do Ministério do Turismo.